



ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA GERAL DO ESTADO
1ª PROCURADORIA DE DÍVIDA ATIVA

CONTROLE DE LEGALIDADE - NÃO TRIBUTÁRIO

| | | | |
|-------------------------|-----------------------------------|----------------|------------------------|
| ÓRGÃO DE ORIGEM | TCE | | |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO | 796.081 | | |
| SUJEITO PASSIVO | Weber Americano | | |
| COOBIGADOS | N/A | | |
| CPF/CNPJ | 045.343.446-00 | | |
| ENDEREÇO | Rua Dr. Virgílio Uchoa, 351, casa | | BAIRRO Belvedere |
| | CIDADE | Belo Horizonte | ESTADO MG CEP 30170131 |

Após examinar o processo administrativo contra o sujeito passivo acima identificado, constatou-se a legalidade formal do procedimento de constituição do crédito, de forma que propomos, com fulcro no art. 4º, inciso VII, da Lei Complementar Estadual nº 81/04, a sua imediata inscrição em dívida ativa, constando o seguinte histórico no termo de inscrição e respectiva CDA:

HISTÓRICO: "Multa administrativa. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG. Processo nº 796.081. SEI nº 1080.01.0086956/2020-10. Certidão de Débito nº 122/2020. Sujeito passivo acima identificado, Prefeito, na época. em razão da realização de despesas mediante procedimento licitatório irregularmente praticado, em desacordo com a Lei n. 8.666/93 - Dispensa n. 02/2008; 2) R\$4.000,00 (quatro mil reais) em razão da realização de despesas sem procedimento licitatório (art. 2º da Lei n. 8.666/93), com a aquisição de combustível, peças para veículos da saúde e educação, material de construção, contratação de prestadores de serviços de show artístico e caminhão espargidor de asfalto, no valor de R\$172.587,01; 3) R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) em razão de irregularidades verificadas nos procedimentos licitatórios descritos nos itens 2.3.1 a 2.3.4."

INFRINGÊNCIA:

arts. 37, caput, XXI e 71, §3º da Constituição Federal; art. 76, §3º da Constituição Estadual; art. 75 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 2º da Lei nº 8.666/93

PENALIDADE:

art. 317 da Resolução nº 12/2008 do TCE/MG; art. 83, I da Lei Complementar Estadual nº 102/2008.

| | |
|-------------------------------------|--------------|
| VALOR HISTÓRICO | R\$ 7.800,00 |
| TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA | 09/07/2019 |
| ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA¹ | 1,0753558 |
| VALOR CORRIGIDO | R\$ 8.387,78 |
| TERMO INICIAL DE JUROS (1% ao mês)² | 29/09/2019 |
| JUROS DE MORA | R\$ 1.425,92 |
| VALOR TOTAL | R\$ 9.813,70 |

CERTIFICAÇÃO CORREÇÃO E JUROS: Certifico que, do registro de dívida ativa, consta a dívida acima descrita, a qual, até o seu efetivo pagamento, está sujeita a atualização monetária pelos índices divulgados pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de MG (art. 3º, parágrafo único, inciso I, da Resolução nº 13/13 do TCE/MG) e a juros de mora contados de forma simples e desde o último dia em que o pagamento da multa deveria ter sido realizado (art. 367, do regimento interno do TCE/MG) e nos índices de 0,5% ao mês até a vigência do novo Código Civil (Art. 1.062 do Código de 1916) e 1% ao mês após essa data (Art. 406 do Novo Código: *2001 = 5,0% ao ano de juros de mora - *2002 = 6,0% ao ano de juros de mora - a partir de *2003 = 12% ao ano de juros de mora.

Belo Horizonte, 01/02/2021

Gustavo Chaves Carreira Machado
Procurador Chefe da 1ª PDA
OAB 90644B MASP 1120512-7

AVENIDA AFONSO PENA, Nº 4.000, 6º ANDAR, BAIRRO CRUZEIRO - BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30130-009
E-MAIL: ntpda1@advocaciageral.mg.gov.br
SITE: www.age.mg.gov.br